

A HISTORIOGRAFIA SOBRE A GUERRA FRIA: REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE O PENSAMENTO DE JOHN LEWIS GADDIS

**The historiography about the Cold War:
critical reflections on the thinking of John Lewis Gaddis.**

**La historiografía sobre la Guerra Fría:
reflexiones críticas sobre el pensamiento de John Lewis Gaddis**

Flávio Alves Combat¹

Resumo:

O objetivo do artigo é analisar criticamente as contribuições centrais do historiador pós-revisionista John Lewis Gaddis ao debate historiográfico sobre a Guerra Fria. A análise propõe uma comparação entre as teses pós-revisionistas e as teses ortodoxas, de modo a sustentar a hipótese de que o pós-revisionismo se converteu numa corrente historiográfica antirrevisionista. Para tal, o texto está organizado em três seções. Na primeira, propõe-se uma análise das críticas seminais de Gaddis às teses que ele atribuiu ao revisionismo, destacando as suas limitações. Na segunda seção, é realizada uma comparação entre o pós-revisionismo e a historiografia revisionista, tomando como referência as reflexões de Gaddis. Na terceira seção, sustenta-se que a agenda de pesquisa defendida por Gaddis representou a reasunção das teses ortodoxas, convertendo-se, nesse sentido, numa ortodoxia antirrevisionista.

Palavras-chave: Guerra Fria. Historiografia. Pós-revisionismo.

Abstract:

The aim of this article is to critically analyze the central contributions of post-revisionist historian John Lewis Gaddis to the historiographical debate on the Cold War. The analysis proposes a comparison between the post-revisionist theses and the orthodox theses, in order to support the hypothesis that post-revisionism has become an anti-revisionist historiographic current. To this end, the text is organized into three sections. In the first one, an analysis of Gaddis's seminal criticisms of the theses he attributed to revisionism is proposed, highlighting its limitations. In the second section, a comparison is made between post-revisionism and revisionist historiography, taking Gaddis' reflections as a reference. In the third section, it is argued that the research agenda advocated by Gaddis represented the reassertion of orthodox theses, becoming, in this sense, an anti-revisionist orthodoxy.

Keywords: Cold War. Historiography. Post-revisionism.

Resumen:

El objetivo de este artículo es analizar críticamente las contribuciones centrales del historiador posrevisionista John Lewis Gaddis al debate historiográfico sobre la Guerra Fría. El análisis propone una comparación entre las tesis posrevisionistas y las tesis ortodoxas, con el fin de sustentar la hipótesis de que el posrevisionismo se ha convertido en una corriente historiográfica antirrevisionista. Para ello, el texto se organiza en tres apartados. En el primero, se propone un análisis de las críticas seminales de Gaddis a las tesis que atribuía al revisionismo, destacando sus limitaciones. En el segundo apartado, se hace una comparación entre el posrevisionismo y la historiografía revisionista, tomando como referencia las reflexiones de Gaddis. En la tercera sección, se argumenta que la agenda de investigación defendida por Gaddis representó la reanudación de las tesis ortodoxas, convirtiéndose, en este sentido, en una ortodoxia antirrevisionista.

Palavras chave: Guerra Fría. Historiografia. Posrevisionismo.

Introdução

O debate historiográfico entre as correntes ortodoxa, revisionista e pós-revisionista ensejou uma vasta literatura sobre a Guerra Fria e norteou uma disputa pela redefinição de uma memória sobre o período. Todavia, pouco esforço foi dedicado à comparação e à análise crítica da historiografia pós-revisionista sobre a Guerra Fria. Partindo da identificação dessa lacuna, o artigo se propõe a analisar criticamente as teses centrais do pós-revisionismo, tomando por base o pensamento do historiador estadunidense John Lewis Gaddis, considerado o “pai” desta corrente historiográfica (MUNHOZ, 2004).

Em *The United States and the Origins of the Cold War, 1941-1947*, publicado em 1972 e considerado o precursor da historiografia pós-revisionista, Gaddis defendeu que os Estados Unidos ou a União Soviética não poderiam ser responsabilizados individualmente pelo início da Guerra Fria. Na obra, Gaddis desenvolveu uma crítica ao trabalho dos autores revisionistas (em especial, ao pensamento de William Appleman Williams), que teriam falhado na tentativa de entender o papel da política soviética, após 1945, para o início da Guerra Fria.

Gaddis contestou a tese revisionista de que o expansionismo norte-americano, desde o século XIX, seria o principal responsável pelas tensões que contribuiriam para a Guerra Fria e criticou a hipótese de que a política soviética, após a Segunda Guerra Mundial, era primordialmente defensiva, argumentando que Stalin possuía condições e desejava expandir a influência da União Soviética pela Europa Ocidental (GADDIS, 1978).

Nesse sentido, Gaddis reconheceu, em seus escritos iniciais, que após a Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos se tornaram uma “nação imperial” (GADDIS, 1972). Todavia, essa

transformação não teria sido motivada por imposições do sistema capitalista ou pelo receio de uma nova depressão. Os Estados Unidos teriam se tornado os “protetores do mundo ocidental” contra o expansionismo soviético, assumindo, por decorrência, uma postura imperialista, a pedido das nações que se sentiam ameaçadas pela União Soviética após a Segunda Guerra². Assim, mesmo que após 1945 a União Soviética não desejasse e não pudesse expandir o seu poder por todo o mundo (uma ideia originalmente defendida por Gaddis, tendo sido posteriormente abandonada), o autoritarismo e a atração ideológica exercidos por Moscou ameaçavam a Europa e a Ásia, justificando a ação dos Estados Unidos.

As mudanças de posicionamento de Gaddis sobre as suas próprias ideias é uma marca de sua obra. Em seus escritos iniciais³, o autor defendia que o sistema bipolar estabelecido após a Segunda Guerra conduziu o mundo, quase que inevitavelmente, à Guerra Fria, de modo que a tentativa dos ortodoxos e dos revisionistas de identificar um culpado pelo conflito era improfícua. Assim, a origem da Guerra Fria era explicada por Gaddis como o resultado da combinação entre o vácuo de poder no velho continente (que impedia um equilíbrio de poder mais favorável aos europeus) e os interesses conflitantes de norte-americanos e soviéticos nos assuntos que se referiam à Europa após 1945 (GADDIS, 1972, p. 45).

Gaddis abandonou, em obras posteriores, sua explicação original sobre a origem da Guerra Fria⁴. Segundo o autor, soviéticos e norte-americanos possuíam diferentes objetivos ao final da Segunda Guerra Mundial. Os soviéticos desejavam expandir a sua zona de influência sobre o Leste Europeu, numa primeira fase, e sobre a Europa Ocidental, numa etapa posterior. Os norte-americanos, em contrapartida, estariam interessados no contexto geral da política mundial, sobretudo na defesa da segurança e da paz internacionais. Os interesses norte-americanos e soviéticos tornaram-se incompatíveis conforme o desejo soviético de expandir a sua zona de influência foi traduzido num expansionismo em potencial da União Soviética sobre todo continente europeu, o que, à visão de Gaddis, era uma etapa intermediária para a difusão mundial do poder soviético (GADDIS, 1997). Face às condições que impediam que a Europa se defendesse contra o expansionismo soviético, antigas alianças transatlânticas foram, segundo Gaddis, reestruturadas e, a pedido das nações europeias, os Estados Unidos assumiram a função de guardiões do continente europeu. Gaddis concluiu que a União Soviética foi a responsável pelo início e pela reprodução da Guerra Fria, ao passo que aos Estados Unidos coube o fardo de defender as nações capitalistas da Europa Ocidental da expansão do comunismo (GADDIS, 1997).

Face ao objetivo de construir uma síntese da historiografia sobre a Guerra Fria, Gaddis se propôs, em suas primeiras obras, a adotar uma posição de neutralidade e imparcialidade em relação ao seu objeto de estudo, passando então à análise das teses ortodoxas e revisionistas. Entretanto, a suposta imparcialidade⁵ foi, como se pretende demonstrar, abandonada a favor de uma perspectiva pró-ocidental e de interpretações muito semelhantes às teses da ortodoxia norte-americana⁶ (MUNHOZ, 2020). Pretende-se ainda demonstrar que Gaddis não apenas se afastou de seu projeto de superação do revisionismo, mas desenvolveu também uma abordagem claramente antirrevisionista.

Nas próximas seções, analisarei as principais teses pós-revisionistas propostas por Gaddis, partindo das críticas seminais do autor aos quatro pilares que ele identificou como a base do pensamento revisionista. Na sequência, apresentarei a interpretação de Gaddis sobre as continuidades e rupturas entre o revisionismo e o pós-revisionismo, estabelecendo comparações entre as duas correntes historiográficas. Na terceira seção, analisarei a agenda de pesquisa que Gaddis propõe aos autores pós-revisionistas, ressaltando em quais aspectos as novidades propostas pelo autor são, na realidade, a reassunção das teses ortodoxas.

A origem do pós-revisionismo: a contestação de J. L. Gaddis às teses revisionistas

De acordo com Gaddis, a corrente historiográfica pós-revisionista deveria ser entendida como “um novo consenso que se baseia tanto na interpretação tradicionalista [ortodoxa] quanto na interpretação revisionista, para apresentar uma explicação mais balanceada sobre o começo da Guerra Fria” (GADDIS, 1983, p. 172). Como observou o historiador:

[...] a nova literatura está promovendo algumas mudanças fundamentais na nossa compreensão sobre o estágio inicial da Guerra Fria, de tal forma que agora é geralmente reconhecido que atingimos um terceiro estágio, além da ortodoxia e do revisionismo, na historiografia daquele período. [...] o que está acontecendo é a emergência de uma genuína síntese de pontos de vista anteriormente antagônicos, baseada numa impressionante quantidade de novas pesquisas. (WALKER, 1981, p. 207 *apud* GADDIS, 1983, p. 172, tradução própria).

Logo, na origem da corrente pós-revisionista, Gaddis se propôs a refutar as teses centrais da historiografia revisionista, introduzindo a sua própria interpretação sobre a origem e os desdobramentos da Guerra Fria. De acordo com o autor, quatro teses são primordiais no pensamento revisionista, diferenciando-o substancialmente da abordagem ortodoxa:

(i) Gaddis sustentou que, para o revisionismo, a política externa conduzida por Washington, após a Segunda Guerra Mundial, recorria à expansão mundial do poder dos Estados Unidos para assegurar a reprodução do capitalismo norte-americano, que dependia de mercados e de oportunidades de investimento mundo afora⁷.

(ii) Na interpretação de Gaddis, os revisionistas acreditavam que a motivação interna para a expansão do “império americano” implicava a impossibilidade dos Estados Unidos acomodarem os interesses de segurança da União Soviética, o que teria levado ao fim da cooperação entre norte-americanos e soviéticos, que perdurou durante a Segunda Guerra Mundial.

(iii) Na interpretação revisionista, sustentou Gaddis, os Estados Unidos impuseram o seu império coercitivamente, atando outros países aos interesses norte-americanos por meio de alianças militares e dependência econômica, e combatendo a oposição ao seu poder por meio de intimidação, de operações secretas e de outros métodos escusos.

(iv) Gaddis concluiu que, na interpretação sustentada pela corrente revisionista, a expansão do poder dos Estados Unidos ocorreu contra a vontade do povo norte-americano, que teria sido manipulado para aceitar a política imperial conduzida por Washington através da propagação do mito de que o comunismo ameaçava a sobrevivência dos Estados Unidos.

Cabe, numa perspectiva crítica, destacar dois problemas com a primeira tese atribuída por Gaddis ao revisionismo. Como observou MUNHOZ (2020), a interpretação revisionista confere, de fato, uma ênfase à análise dos objetivos econômicos que norteavam a política externa conduzida pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Todavia, não há, no pensamento revisionista, o reducionismo economicista sugerido por Gaddis. Ao contrário, os trabalhos revisionistas partem de uma crítica aos reducionismos empregados pela ortodoxia na explicação da origem da Guerra Fria, destacando, alternativamente, o conjunto de motivações políticas, estratégicas, militares, geopolíticas e, com maior ênfase, econômicas que balizavam as decisões de Washington. Em segundo lugar, em clara dissonância com a ortodoxia e com o pós-revisionismo, os autores revisionistas não identificavam no fim da Segunda Guerra Mundial o começo das tensões entre os Estados Unidos e a União Soviética (e, antes dela, a Rússia), que ajudam a explicar a origem da Guerra Fria. Nesse sentido, o historiador revisionista William Appleman Williams (1959) remontou às tensões geradas pela expansão do capital norte-americano no século XIX para explicar a origem dos conflitos que se consolidaram na primeira metade do século XX e que estão na base da Guerra Fria. Como observou Williams:

[...] a *Open Door Policy* foi de fato um brilhante golpe estratégico que levou à extensão gradual do poder econômico e político norte-americano através do mundo. Se ela falhou, em última instância, não foi porque era tola ou fraca, mas porque foi tão bem-sucedida. O império que foi construído de acordo com a estratégia e as táticas das *Open Door Notes* engendrou os antagonismos criados por todos os impérios, e é essa oposição que colocou tantas dificuldades [no caminho da] diplomacia norte-americana na [primeira] metade do século XX. (WILLIAMS, 1959, p. 125, tradução própria).

Na origem do debate pós-revisionista, Gaddis criticou também uma segunda tese atribuída ao revisionismo: a impossibilidade de acomodação dos interesses de segurança dos soviéticos, face aos imperativos de expansão do capital norte-americano. Gaddis argumentou que a tese revisionista de que, após a 1945, a União Soviética estava centralmente preocupada com a manutenção de sua segurança e disposta a cooperar com os Estados Unidos para alcançar esse objetivo era não apenas falaciosa, mas baseada “na fé, não em pesquisa” (GADDIS, 1983, p. 175).

O autor afirmou que os revisionistas simplesmente tomavam como pressuposto a disposição de Stalin de cooperar com os Estados Unidos, em oposição à intransigência norte-americana diante dos interesses de expansão econômica que, em tese, motivavam a política externa de Washington. Gaddis concluiu que uma série de novas fontes sobre o governo soviético, publicadas após a Guerra Fria, revelou informações que permitiam invalidar a segunda tese atribuída ao revisionismo. Assim, Gaddis sustentou que “Stalin em nenhum momento estava disposto a confiar a segurança soviética no pós-guerra a uma política de cooperação com o Oeste. Ao contrário, ele estava, desde o princípio, determinado a buscar a segurança por meios unilaterais (GADDIS, 1983, p. 175, tradução própria).

A crítica de Gaddis à suposta disposição de Stalin em cooperar com os Estados Unidos vai além, ao considerar que, para o líder soviético, não estava claro, após 1945, os limites das necessidades de segurança da União Soviética. O expansionismo, sem limites pré-definidos, atribuído por Gaddis à política externa soviética do pós-guerra é uma expressão direta da reasunção de umas das teses fundamentais do pensamento ortodoxo, que enxerga no expansionismo descomedido de Moscou um risco à Europa e à estabilidade da nova ordem em consolidação após a Segunda Guerra Mundial.

[...] a causa fundamental da Guerra Fria foi a ambição doentia de Stalin, a sua determinação em buscar segurança de tal modo que restava pouca ou nenhuma segurança para os demais atores da arena internacional. Uma causa secundária foi o fracasso ocidental por não agir suficientemente cedo para barrar Stalin. (GADDIS, 1983, p. 176, tradução própria).

A terceira tese atribuída por Gaddis aos revisionistas se refere à imposição coercitiva do “império americano” após a Segunda Guerra Mundial, por meio de alianças militares e de relações de dependência econômica. O revisionismo, decerto, analisou o lado coercitivo do poder norte-americano no pós-guerra, mas de forma alguma negou a natureza hegemônica da liderança exercida pelos Estados Unidos na nova ordem consolidada após 1945. Nesse sentido, se por um lado, os Estados Unidos exerciam ativamente o seu poder de convencimento ao defender os seus interesses (frequentemente traduzidos como os interesses da maioria pela preservação da liberdade e da democracia), por outro, não se acanhavam em empregar meios coercitivos quando o poder de convencimento se mostrava insuficiente.

Gaddis, de toda forma, advogou que a natureza do poder exercido pelos Estados Unidos na Guerra Fria era primordialmente consensual e, em grande medida, o “império americano” era bem vindo e até mesmo desejado pelos países sob a influência de Washington. As pesquisas pós-revisionistas dedicadas ao contexto da política doméstica dos países da Europa Ocidental, do Mediterrâneo e do Oriente Médio⁸ teriam comprovado, segundo Gaddis, “que a esfera de influência norte-americana surgiu muito mais a convite do que por imposição” (GADDIS, 1983; LUNDESTAD, 1975 e 1986; KUNIHOLM, 1994). O mesmo “convite” à influência dos Estados Unidos teria sido realizado pela Grã-Bretanha, num contexto em que “a maior preocupação não era se os Estados Unidos seriam muito agressivos, mas se seriam muito passivos” (GADDIS, 1983, p. 177).

Gaddis encerrou a sua extensa crítica ao revisionismo contestando a tese de que a expansão do poder dos Estados Unidos ocorreu contra a vontade do povo norte-americano, que teria sido manipulado, com base no mito do perigo representado pelo comunismo, para dar suporte à política externa conduzida pela Casa Branca. Todavia, não há, na literatura dedicada à historiografia sobre a Guerra Fria, uma única indicação que comprove tal afirmação. Ao contrário, há um grande esforço na corrente revisionista pra elucidar as ligações entre a política externa conduzida pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria e os seus determinantes domésticos, dentre os quais o apoio ou a rejeição da população norte-americana e do Congresso às diferentes iniciativas tomadas no contexto da Doutrina de Contenção do Comunismo, nas diferentes fases da Guerra Fria. Como destacou Munhoz:

Essa corrente [revisionismo] minimiza as questões ideológicas, associa o posicionamento dos EUA às suas políticas domésticas e enfatiza as ações soviéticas no campo da construção da sua esfera de poder; por fim, responsabiliza os EUA pelo início da Guerra Fria, pois entende que a União Soviética, naquele contexto histórico, buscava a cooperação internacional e não representava ameaça à Europa ou ao mundo capitalista.

Em adição, defensores desse ponto de vista exploram o fato de a URSS estar completamente devastada pela guerra e afirmam que, em consequência, o país não poderia suportar um novo conflito global prolongado. (MUNHOZ, 2020, p. 16).

Com base nesse conjunto de críticas às teses atribuídas ao revisionismo, Gaddis se propôs a delimitar as continuidades e as rupturas entre a interpretação revisionista e a interpretação pós-revisionista sobre a origem da Guerra Fria.

Continuidades e rupturas entre o revisionismo e o pós-revisionismo na visão de J. L. Gaddis

As evidentes semelhanças entre a interpretação pós-revisionista e a interpretação ortodoxa sobre a Guerra Fria não escaparam à observação de Gaddis, que reconheceu a similaridade entre as duas correntes. O autor sintetizou os pontos em comum entre as duas abordagens ao questionar:

O que há de novo, afinal de contas, sobre a visão de que os oficiais norte-americanos estavam mais preocupados com a União Soviética do que com o fato de que o capitalismo estava destinado a conceber a política de contenção, sobre a afirmação de que o expansionismo soviético era a causa primordial da Guerra Fria, sobre o argumento de que os aliados norte-americanos acolhiam de bom grado a expansão da influência dos Estados Unidos como um contrapeso aos russos, sobre a acusação de que o governo era responsável pela manipulação da opinião pública? Todas essas coisas já não haviam sido ditas anos antes? A resposta é sim, mas elas foram afirmadas mais na base da convicção política ou da experiência pessoal do que na base de uma sistemática pesquisa arquivística. O que os pós-revisionistas fizeram foi confirmar, por meio de documentos, vários dos argumentos centrais da antiga posição ortodoxa [...]. (GADDIS, 1983, p. 180, tradução própria).

O primeiro ponto supostamente compartilhado pelas interpretações revisionista e pós-revisionista seria a tese de que os Estados Unidos empregaram instrumentos econômicos para alcançar fins políticos durante a Guerra Fria⁹. É importante ressaltar que essa afirmação contradiz um argumento empregado pelo próprio Gaddis, para quem os revisionistas teriam invertido a lógica em questão ao afirmar que instrumentos políticos seriam utilizados para alcançar fins econômicos. Como ressaltado na seção anterior, não há, no pensamento revisionista, qualquer relação causal rígida entre o político e o econômico da forma como é apresentada por Gaddis, ainda que a predileção do revisionismo pela análise dos interesses econômicos radicados na política externa norte-americana coloque a possibilidade de críticas por aqueles que não consideram a interpretação revisionista em sua totalidade (POLLARD, 1985).

O segundo ponto em comum entre o revisionismo e o pós-revisionismo, identificado por Gaddis, se refere à inexistência de qualquer projeto ou estratégia ideológica de longo prazo que subsidiasse a política externa soviética, durante o governo de Stalin. Gaddis defendeu, alternativamente, que o líder soviético explorava as oportunidades que emergiam para expandir a influência soviética, sem qualquer roteiro pré-determinado. Assim, atribuiu à política externa soviética da Guerra Fria, e ainda mais claramente durante o governo de Stalin, um caráter meramente reativo.

Note-se que a afirmação de Gaddis abre a possibilidade de questionamentos. Primeiramente, os revisionistas, de fato, chamam a atenção para o caráter preponderantemente, mas não exclusivamente, reativo da política externa soviética no imediato pós-Segunda Guerra, ressaltando o diferencial de poder dos Estados Unidos e as condições sociais e econômicas críticas da União Soviética, resultantes da guerra contra a Alemanha Nazista. Naquele contexto, era claro que Stalin, mas também todos os demais líderes do mundo, reagiam às condições dadas, explorando as oportunidades abertas pelo declínio da antiga ordem mundial e pelo período de transição. Foi assim, certamente, com a política externa soviética com os países do Leste Europeu, mas também com a política externa norte-americana na Europa Ocidental. Esse caráter reativo, é fundamental frisar, não significava a inexistência de projetos de longa duração para a nova ordem em consolidação (como bem representado pela Doutrina de Contenção do Comunismo, do lado norte-americano). Tampouco a postura reativa deve ser vista como um sinal de ausência de projetos de mais longo prazo do lado soviético, como revelam as políticas de apoio aos movimentos comunistas na Europa, a decisão de Stalin de excluir o bloco comunista do Plano Marshall ou mesmo a defesa dos interesses e da influência soviéticas no coração da Europa, a Alemanha (HOGAN, 1987). Stalin explorava as oportunidades circunstanciais, como revela, por exemplo, o seu posicionamento inicial e a posterior mudança de atitude durante o Levante de Varsóvia, em 1944. Mas também possuía uma visão de longo prazo sobre os interesses vitais da União Soviética que estavam em jogo na Guerra Fria (CLAUDÍN, 1970).

O terceiro ponto em comum entre o revisionismo e o pós-revisionismo, apontado por Gaddis, se refere à postura do governo norte-americano em relação à opinião pública e ao Congresso dos Estados Unidos (GADDIS, 1982). Ambas as correntes teriam enfatizado a disposição dos líderes políticos em exagerar os riscos externos à segurança norte-americana, com o objetivo de assegurar apoio interno à política de contenção do comunismo. De fato, os revisionistas verteram esforços para entender as relações entre a retórica política interna e a política externa norte-americana durante a Guerra Fria. Contudo, a diferença em relação aos pós-

revisionistas reside na crítica à hipótese de que o expansionismo soviético era uma ameaça à assim designada “segurança nacional” dos Estados Unidos. Observe-se que Gaddis mencionava apenas um “exagero” dos riscos externos, assumindo, portanto, que tais riscos existiam realmente.

O quarto e mais importante aspecto supostamente compartilhado pelas interpretações revisionista e pós-revisionista é, segundo Gaddis, o argumento de que existiu um “império americano”. Assim, a principal linha de continuidade entre o pensamento revisionista e o pós-revisionista derivaria, precisamente, do que Gaddis considerava a verdadeira evolução encerrada pela nova abordagem historiográfica sobre a Guerra Fria, da qual é representante.

Uma curiosidade da análise desenvolvida pelos revisionistas é, segundo Gaddis, a ausência de comparações entre o “império americano” e “impérios” de outras épocas e de outros lugares, o que permitiria avançar na compreensão sobre o exercício do poder norte-americano na Guerra Fria. A despeito da desconsideração do esforço de William Appleman Williams em entender a projeção dos interesses norte-americanos desde o século XIX e, por consequência, dos desafios enfrentados nesse processo face ao poder do império britânico e de outras potências coloniais, Gaddis sustentou que, por não empreender uma análise comparativa (algo, vale citar, ausente na literatura pós-revisionista), o revisionismo estaria alijado de qualquer capacidade para explicar as profundas diferenças entre o “império americano” e os outros impérios. Nesse sentido, por exemplo, o revisionismo achava, segundo Gaddis, “difícil entender como um império poderia emergir a partir do que os seus líderes percebiam como razões defensivas” (GADDIS, 1983, p. 181, tradução própria) e recorria, assim, à análise das forças econômicas a sustentar o expansionismo norte-americano. Gaddis concluiu afirmando que:

[...] a história de outros impérios sugere que eles podem frequentemente emergir tanto por uma percepção de insegurança externa quanto pela percepção de insegurança interna: é uma característica das grandes potências que elas geralmente tomem ações ofensivas por razões defensivas. (GADDIS, 1983, p. 181, tradução própria).

Gaddis aprofundou a suas conclusões sobre a natureza dos impérios asseverando que a novidade encerrada pelo pós-revisionismo, ao analisar a natureza do “império americano”, foi a comprovação de que “impérios podem emergir tanto a convite daqueles que estão buscando segurança quanto pelas imposições dos que a rejeitam [a segurança]” (GADDIS, 1983, p. 181, tradução própria). O grande avanço pós-revisionista nesse tema seria, portanto, a comprovação de que:

[...] o império americano se encaixa mais precisamente no modelo de expansão defensiva do que ofensiva, de convite do que de imposição, de improvisação do que de planejamento cuidadoso. (...) foi uma expansão com limitações; foi um império operado, ao menos inicialmente, ao longo de linhas defensivas e com alguma percepção de barreiras. (GADDIS, 1983, p. 182, tradução própria).

A agenda de pesquisa pós-revisionista: o antirrevisionismo de J. L. Gaddis

Na década de 1980, Gaddis argumentou que a tentativa de superação das teses revisionistas sobre a Guerra Fria e de consolidação de uma nova síntese historiográfica pós-revisionista ainda não havia sido plenamente realizada. Portanto, as críticas às teses revisionistas e a comprovação, pela análise de novas fontes, da interpretação ortodoxa seriam o primeiro passo da agenda de pesquisa pós-revisionista, que deveria, a partir de então, se dedicar à responder um conjunto de questões que ainda estariam em aberto. A análise da agenda de pesquisa proposta por Gaddis aos pesquisadores do pós-revisionismo é, nesse sentido, central para entender em que medida o autor retomou velhos paradigmas da ortodoxia como expressão da nova corrente, assumindo ao mesmo tempo uma postura antirrevisionista, combativa, que buscava desqualificar as teses e as críticas do revisionismo, a partir de uma perspectiva claramente ortodoxa, conservadora e pró-Estados Unidos. Gaddis propôs, então, uma agenda de pesquisa pós-revisionista.

A primeira questão para a qual os estudos pós-revisionistas deveriam ser direcionados era, na visão de Gaddis, o grau de compreensão dos Estados Unidos sobre a União Soviética, durante a Guerra Fria. A questão central a ser respondida seria, nesse sentido, até que ponto os *policymakers* de Washington percebiam a União Soviética como um bloco unificado e uniforme (GADDIS, 1992). A resposta a essa questão permitira avançar na compreensão das estratégias empregadas pela Casa Branca para explorar as diferenças dentro da União Soviética. Gaddis argumentou que os estudos pós-revisionistas já permitiriam concluir que, a despeito da retórica política, Washington “nunca considerou o comunismo como uma força unificada dirigida por Moscou; e que, tanto no governo Truman quanto no governo Eisenhower, esforços foram feitos nos bastidores para tirar vantagem das diferenças que existiam dentro [do comunismo]” (GADDIS, 1992, p. 183, tradução própria).

O primeiro ponto de pesquisa proposto por Gaddis reflete um aspecto muito ressaltado pela análise da União Soviética, originalmente desenvolvida por George F. Kennan, o principal representante da corrente historiográfica ortodoxa. O diplomata norte-americano enfatizava, em suas observações sobre a sociedade soviética, a existência de diferentes realidades dentro do

bloco socialista, que deveriam ser exploradas, no longo prazo, pela política externa dos Estados Unidos (KENNAN, 1947). Assim, na concepção ortodoxa da Doutrina de Contenção do Comunismo, resgatada por Gaddis, já estava presente a constatação de que a União Soviética não era, sob nenhum aspecto, uniforme, o que abria, na visão de Kennan, uma possibilidade para os Estados Unidos explorarem as fragilidades decorrentes da heterogeneidade soviética.

A segunda questão que deveria, na interpretação de Gaddis, figurar na agenda de pesquisa pós-revisionista seria a percepção dos Estados Unidos sobre a balança de poder durante o estágio inicial da Guerra Fria. Gaddis salientou que, na interpretação revisionista, o grande diferencial de poder entre os Estados Unidos e o resto do mundo, após a Segunda Guerra Mundial, seria uma prova suficiente para atribuir aos norte-americanos a maior parcela de responsabilidade pelo início da Guerra Fria. Embora reconheça o diferencial de poder norte-americano, Gaddis sustentou que os Estados Unidos “não se viam como detentores de uma clara predominância de poder sobre a União Soviética no final da década de 1940” (GADDIS, 1983, p. 184, tradução própria). Gaddis defendeu que as primeiras pesquisas pós-revisionistas sobre o tema já teriam demonstrado que as forças militares soviéticas eram muito maiores do que as forças norte-americanas, após a Segunda Guerra e que, além disso, o arsenal de armas nucleares controlado por Washington tinha um poder muito limitado, até o começo da década de 1950. Esse argumento, entretanto, é amplamente questionável, como apontou LEFFLER (1993), ao analisar a diplomacia nuclear dos Estados Unidos.

A suposta ignorância norte-americana a respeito do diferencial de poder entre os Estados Unidos e o resto do mundo, ao final da Segunda Guerra Mundial, é uma diferença importante entre a corrente pós-revisionista e a ortodoxia. Kennan e os herdeiros de seu pensamento ortodoxo reconheciam no diferencial de poder (não somente militar, mas também econômico) sustentado pelos Estados Unidos, após 1945, uma grande vantagem estratégica para a política externa norte-americana, que deveria ser explorada tanto na versão original da Doutrina de Contenção do Comunismo proposta por Kennan, quanto na versão belicista colocada em curso pelo presidente Harry Truman (KENNAN, 1985).

O terceiro ponto da agenda de pesquisa pós-revisionista proposta por Gaddis se refere ao papel das burocracias e dos burocratas na Guerra Fria. Gaddis sugeriu que uma análise do papel desempenhado, por exemplo, pelos oficiais do Departamento de Estado, durante os primeiros anos da Guerra Fria, seria fundamental para entender o porquê da maior inclinação dos civis a uma escalada militar do que os próprios militares do Departamento de Defesa, que tiveram, supostamente, que ser convencidos a respeito da necessidade de aumentar substancialmente o

orçamento de defesa dos Estados Unidos, no imediato pós-guerra. Gaddis buscava reforçar, assim, o segundo ponto de sua agenda de pesquisa, segundo o qual os Estados Unidos não percebiam com clareza o seu diferencial de poder em relação aos soviéticos, após a Segunda Guerra Mundial (ou, pelo menos, não de maneira uniforme entre os burocratas envolvidos na formulação da política externa).

A quarta questão a qual os pós-revisionistas ainda deveriam dedicar atenção se referia, na agenda de pesquisa proposta por Gaddis, aos determinantes internos da política externa dos Estados Unidos na Guerra Fria. A consideração dos determinantes domésticos da política externa conduzida por Washington seria essencial para entender em que medida o governo norte-americano influenciava a opinião pública e o Congresso, de modo a apoiarem as ações conduzidas mundo afora. Igualmente importante seria a análise da influência dos grupos domésticos de interesse (econômicos, acadêmicos, étnicos ou religiosos) sobre a política externa norte-americana.

Um quinto ponto destacado por Gaddis em sua agenda de pesquisa pós-revisionista diz respeito à necessidade de novos estudos comparativos, que contribuiriam para desfazer o antigo mito do excepcionalismo norte-americano na Guerra Fria (segundo o qual a experiência dos Estados Unidos na Guerra Fria foi única, sem paralelos). Gaddis acreditava que uma compreensão exata do “império americano” dependia da comparação entre a experiência dos Estados Unidos na Guerra Fria e a experiência de outros países. Exemplos de pesquisas pós-revisionistas de caráter comparativo bem-sucedidas poderiam ser encontrados no estudo da dissuasão do comunismo antes e depois da criação de armas nucleares, ou na comparação entre os impactos da política de contenção do comunismo conduzida pelos Estados Unidos e a política externa dos outros países no bloco capitalista (GADDIS, 1997). Gaddis também elencou a relevância de estudos biográficos comparativos, sobretudo do segundo escalão da diplomacia norte-americana, para entender a forma como os *policymakers* de Washington interpretavam as ações soviéticas (GADDIS, 1992).

Como um desdobramento do ponto anterior, Gaddis destacou também a necessidade de ampliar o estudo sobre os impactos da política externa dos Estados Unidos sobre outras sociedades. Nesse aspecto, afirmou o autor, “o império americano, como outros impérios na história, causou profundas transformações nos países que entraram em contato com ele” (GADDIS, 1983, p. 187, tradução própria), como foi o caso na Alemanha e no Japão, dentre os casos mais extremos. Mas também em outras regiões do mundo (nomeadamente, o Irã, a Índia, a Indonésia, a Islândia, a Grécia, a Indonésia, a Coreia, o Paraguai e países da África e da América

do Sul), nas quais os impactos da política externa norte-americana foram sentidos em graus variados, despertando, todavia, pouco interesse das correntes historiográficas dedicadas à Guerra Fria. Mesmo em relação aos países centrais da Europa (como a Itália, a França e a Espanha), pouco esforço teria sido empenhado para desvendar os resultados das políticas conduzidas por Washington após 1945.

Finalmente, Gaddis apresentou o último ponto da agenda de pesquisa sugerida aos autores da corrente pós-revisionista, remetendo ao próprio ofício dos historiadores. O autor defendeu, assim, a necessidade de um maior esforço para entender o impacto das interpretações históricas sobre a própria História. Tomando por base que aquilo que se escreve e a forma como se escreve têm influência sobre a própria História, então seria uma obrigação dos historiadores “evitar a tentação de converter a história num instrumento político, seja ele [um instrumento] da direita ou da esquerda” (GADDIS, 1983, p. 189, tradução própria). O grande erro do revisionismo, nesse sentido, teria sido se deixar levar pelo “modismo ideológico de seu tempo” (em referência à intensificação da contestação ao poder norte-americano, a partir dos anos 1960) (GADDIS, 1983, p. 189, tradução própria), em vez de propor novas interpretações com base em novas fontes.

Gaddis encerrou as suas sugestões para uma agenda de pesquisa pós-revisionista reafirmando a visão de que o pós-revisionismo é uma síntese e uma evolução do debate historiográfico anterior a ele. Portanto, segundo o autor, o caminho percorrido desde a “ortodoxia truculenta”, passando pelo “revisionismo militante” até o estágio pós-revisionista da historiografia sobre a Guerra Fria é “o caminho pelo qual a história é geralmente escrita em qualquer evento, a despeito do tópico”. Por essa lógica, concluiu, “devem existir estágios previsíveis da interpretação histórica, tal como Walt Rostow sugeriu certa vez que existiram estágios do crescimento econômico” (GADDIS, 1983, p. 189, tradução própria).

Conclusão

O artigo analisou as teses centrais da historiografia pós-revisionista sobre a Guerra Fria, propondo uma crítica às ideias defendidas pelo historiador John Lewis Gaddis. Sustentou-se que o pós-revisionismo é, em sua essência, expressão das teses ortodoxas, tendo assumido claramente uma postura antirrevisionista ao tentar, sem sucesso, dar por superada a interpretação revisionista sobre a Guerra Fria.

Na primeira seção, analisou-se a origem da corrente pós-revisionista, com base na

contestação das quatro teses que John Lewis Gaddis identificou como os pilares do revisionismo. Assim, propôs-se que, já na origem da interpretação pós-revisionista sobre a Guerra Fria, há uma visão distorcida sobre o revisionismo, inclusive na definição, apresentada por Gaddis, dos quatro pilares dessa corrente. Analisou-se as críticas de Gaddis a cada uma das quatro teses atribuídas por ele ao revisionismo e sustentou-se que a crítica de Gaddis ao revisionismo, já em seus primórdios, era a expressão fiel de uma abordagem antirrevisionista.

Na segunda seção, foram consideradas as continuidades e rupturas que Gaddis identificou entre o revisionismo e o pós-revisionismo. A análise introduziu a própria identificação do pós-revisionismo como uma síntese do debate historiográfico pregresso, do qual se dizia um herdeiro rebelde e evoluído. Defendeu-se que as rupturas que Gaddis identificou entre as duas correntes são, na realidade, expressão da própria cisão entre o revisionismo e a ortodoxia (e, portanto, da cisão também com o pós-revisionismo, na medida em que ele retomou as teses ortodoxas).

Na terceira seção, foi analisada a agenda de pesquisa proposta por Gaddis na década de 1980, com um conjunto de temas que exigiriam um maior esforço dos historiadores pós-revisionistas. Defendeu-se que a fronteira do debate historiográfico sobre a Guerra Fria, identificada por Gaddis nos anos 1980, representava a reassunção de paradigmas da própria corrente ortodoxa.

Concluiu-se, portanto, que a síntese historiográfica concebida por Gaddis sobre a Guerra Fria representou a retomada das principais teses da ortodoxia: a responsabilização unilateral da União Soviética pelo início do conflito; a ênfase no papel de Stalin como o idealizador de um conjunto de políticas autoritárias, opressoras e expansionistas, que colocavam em risco a segurança dos Estados Unidos e da Europa Ocidental; a primazia da ideologia “Marxista Leninista” como norteadora, por excelência, da visão “neurótica” soviética sobre o mundo; a natureza primordialmente consensual e “a convite” do império americano, em franco contraste com a natureza autoritária do império soviético; e, por fim, a reafirmação da tese, tão cara aos ortodoxos, de que os Estados Unidos assumiram, durante a Guerra Fria, o fardo de guardiões da democracia, da liberdade individual e do capitalismo.

Referências Bibliográficas

CLAUDÍN, Fernando. **The Communist Movement. From Comintern to Cominform (part one)**. New York: Monthly Review Press, 1970.

GADDIS, John Lewis. **Russia, the Soviet Union and the United States: an interpretive history**, McGraw-Hill: 1978.

- GADDIS, John Lewis. **The United States and the end of the Cold War: implications, reconsiderations, provocations**. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- GADDIS, John Lewis. **The United States and the origins of the Cold War**. New York: Columbia University Press, 1972.
- GADDIS, John Lewis. **We Now Know: Rethinking Cold War History**. New York: Oxford University Press, 1997.
- HOGAN, Michael J. **The Marshall Plan: America, Britain, and the reconstruction of Western Europe, 1947-1952**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1987.
- KENNAN, George Frost. **American Diplomacy**. Chicago: University Of Chicago Press, 1985.
- KENNAN, George Frost. **The Sources of Soviet Conduct**. In: Foreign Affairs, July 1st. 1947.
- KUNIHOLM, Bruce. **The origins of the Cold War in the Near East: great power conflict and diplomacy in Iran, Turkey and Greece**. Princeton: Princeton Univ. Press, 1994.
- LEFFLER, Melvyn P. **A preponderance of power: national security, the Truman administration and the Cold War**. California: Stanford Univ. Press, 1993.
- LUNDESTAD, Geir. **Empire by invitation? The United States and Western Europe, 1945-1952**. In: Journal of Peace Research, n° 23, Sept. 1986.
- LUNDESTAD, Geir. **The American non-policy towards Eastern Europe, 1943-1947**. Oslo/New York: Norwegian Univ. Press, 1975.
- MUNHOZ, Sidnei J. **Guerra Fria: história e historiografia**. São Paulo: Appris, 2020.
- MUNHOZ, Sidnei J. **Guerra Fria: um debate interpretativo**. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. O século sombrio: uma história geral do século XX. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- POLLARD, Robert A. **Economic security and the origins of the Cold War, 1945-1950**. New York: Columbia Univ. Press, 1985.
- WALKER, J. Samuel. **Historians and Cold War origins: the new consensus**. In: American foreign relations: a historiographical review. Connecticut: Westport, 1981.
- WILLIAMS, William Appleman. **The Tragedy of American Diplomacy**. New York: Norton, 1988 (reedição da primeira versão, publicada em 1959).

Notas:

¹ Doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Adjunto do Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID) da UFRJ. E-mail: facombat@gmail.com / <https://orcid.org/0000-0001-5158-979X>

² Essa ideia corresponde exatamente à concepção de “empire by invitation” desenvolvida por LUNDESTAD, G. (1986 e 1975). Lundestad empregou o mesmo termo que Gaddis para designar a ideia de um “império consensual” e definiu a natureza da liderança norte-americana no pós-guerra da mesma forma que o “pai” do pós-revisionismo.

³ Ver: GADDIS, J. Lewis. *The United States and the Origins of the Cold War, 1941–1947* (1972); *Russia, the Soviet Union, and the United States: An Interpretive History* (1978).

4 Ver: *We Now Know: Rethinking Cold War History* (1997) e *The United States and the End of the Cold War: Reconsideration, Implications, Provocations* (1992).

5 É importante frisar aqui a própria impossibilidade ontológica da imparcialidade, nos termos pretendidos por Gaddis. As opiniões, as visões de mundo, as crenças e os valores de um autor estão indissociavelmente relacionadas as suas ideias. Portanto, a pretendida imparcialidade almejada por Gaddis é, de fato, uma falácia.

6 Uma detalhada análise dessa questão também pode ser encontrada em CUMINGS, Bruce. *Revising post-revisionism or the poverty of theory in diplomatic history*. In: HOGAN, Michael. *America in the World*, 1995, op. Cit., p. 20-62. Segundo Cumings, Gaddis nunca foi pós-revisionista, mas antirrevisionista. Veja também: LEBOW, Richard N. *We Still Know (resenha de We Now Know)*. In: *Diplomatic History*, v. 22, n. 4, fall 1998, p. 627-632. Para literatura em língua portuguesa, ver: MUNHOZ, Sidnei J. *Guerra Fria: história e historiografia*. São Paulo: Appris, 2020.; e MUNHOZ, Sidnei J. *Guerra Fria: um debate interpretativo*. In: TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *O século sombrio: uma história geral do século XX*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

7 Gaddis se contrapõe, neste ponto, à tese seminal do revisionismo, desenvolvida por William Appleman Williams em *The tragedy of American Diplomacy* (1959).

8 Gaddis mencionou duas pesquisas pós-revisionistas que teriam comprovado a natureza consensual do “império americano”: LUNDESTAD, Geir. *America, Scandinavia and the Cold War* (1980); e KUNIHOLM, Bruce. *The origins of the Cold War in the Near East* (1994).

9 Esse argumento é o centro da discussão pós-revisionista realizada por Robert Pollard em seu *Economic security and the origins of the Cold War, 1945-1950* (1985).